

Economia brasileira:

opções e imposições para 1983

Paulo Rabello de Castro

A pesada frente fria dos países devedores em atraso no Terceiro Mundo, conjugada às pancadas eventuais de falências e concordatas de empresas industriais e financeiras tidas como sólidas nos próprios países avançados, decididamente fechou o tempo sobre a economia internacional em setembro, colocando em polvorosa os analistas financeiros de todo o mundo. Coincidemente, acontecia em Toronto mais uma Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial, que teve como saldo positivo, pelo menos, uma rearrumação de opiniões dispersas, e não raro conflitantes, em torno dos riscos a que está exposto o sistema internacional de pagamentos.

O Brasil, como forte devedor, teve sua posição avaliada. A situação do nosso balanço de pagamentos certamente não é considerada crítica este ano, tendo em vista a manutenção de um relativo equilíbrio comercial e o nível até agora satisfatório de captação de empréstimos para reciclagem dos juros e amortizações devidas. Entretanto, a dívida externa, que ultrapassará US\$ 70 bilhões brutos até o final do ano, à qual se agrega crescente parcela de débitos de curto prazo (inferior a 12 meses), coloca o País em situação delicada em relação à reciclagem das parcelas a vencer em 1983.

Naturalmente, o equilíbrio do setor externo se torna a meta econômica mais relevante para o País. Mesmo que não houvesse, da parte do devedor, uma preocupação em saldar compromissos em dia — alternativa que, no caso brasileiro, repugna a toda sociedade — haveria ainda o impasse de como financiar o chamado hiato de recursos, ou seja, aquela parte de nossas importações correntes (de mercadorias e serviços, exceto juros) que não é coberta inteiramente por divisas de exportação. O hiato brasileiro de recursos deve girar em torno de US\$ 2,5 bilhões. Deste modo, a moratória, além de desnecessária e moralmente desgastante, traria o efeito recessivo brutal de um corte abrupto de importações no montante do hiato projetado para 1983, algo em torno de US\$ 4 bilhões.

A alternativa menos recessiva será aceitar o desafio do **ajustamento positivo**, ou seja, orientar toda a política econômica, daqui para frente, com austeridade máxima, para diminuir sensivelmente esse hiato de divisas pelo aumento do valor das exportações.

É este bloco avançado ocidental, o chamado "Norte" na terminologia do Diálogo Norte-Sul, que lamentando os sacrifícios impostos internamente, foi reunir-se em Toronto para avaliar sua posição como financiador do "Sul" subdesenvolvido. A sugestão oferecida pelos devedores, de amplo aporte de recursos ao FMI, os EUA — maiores credores — responderam pedindo tempo. Enquanto isso, ganhava curso o processo de enxugamento das disponibilidades do Banco Mundial.

Interpretação do fato: a era do

financiamento fácil acabou, mas a era do financiamento difícil — "condicionalizado" — ainda nem começou. Em suma, os devedores voltaram para casa presos àquela sensação de limbo, a ante-sala do purgatório, ambiente criado justamente para provocar os exames de consciência e a autocritica indispensável às negociações futuras.

A reunião de Toronto também deve ter servido para classificar e dar nomes às diversas espécies de árvores que compõem a floresta. Aí o Brasil parece encontrar-se numa situação singular — e favorável, diga-se de passagem — por ser da espécie que, em média, conseguiu obter retorno satisfatório do seu macroprojeto de desenvolvimento.

Por fim, extrai-se da reunião do FMI a conclusão — talvez um pouco tardia — de que os bancos privados internacionais avançaram demais no financiamento do Terceiro Mundo, talvez por esperar apenas um caminho reto e plano à sua frente. O ano de 1982 transformou-se numa curva inesperada, onde quase todo o sistema bancário entrou em alta velocidade. Pisar no freio, agora, seria catastrófico. Cumpre, então, tomar as medidas de praxe, controlando a velocidade do endividamento terceiro-mundista e acionando, desde já, alguns mecanismos especiais de estabilização, como o recurso de última instância, de qualquer banco em dificuldades, junto aos bancos centrais coordenados por alguma entidade bancária internacional.

Como se traduz esse embrião de um novo Bretton Woods para os países de desenvolvimento médio, como o Brasil, fortemente endividados mas ainda merecedores de crédito e confiança? Certamente, diminuirá a velocidade da concessão de empréstimos novos, seja para rolar amortizações e juros, seja muito mais para financiar déficits de mercadorias e outros serviços em conta corrente. Não se configurando a hipótese, por enquanto remota, de uma crise de confiança generalizada, que paralisaria o mercado internacional de crédito, supõe-se que nos próximos dois ou três anos o volume da dívida do Terceiro Mundo cresça sim, porém mais vagarosamente, como aliás já vinha ocorrendo desde 1980.

Em 1980 e 1981 aumentou consideravelmente a dívida de curto prazo terceiro-mundista, chegando a US\$ 140 bilhões ao fim de 1981. Por esse expediente, adiou-se perigosamente o "tranco" da renegociação em diversos países. O Brasil evitou enquanto podé o recurso aos débitos de curto prazo, mas já este ano atingiu uma posição-limite além da qual poderia enveredar no mesmo problema de "congestionamento de rolagem" apresentado pelo México e Argentina.

Assim, podemos passar à etapa conclusória. É condição inofisíável do balanço de pagamentos brasileiro, em 1983, buscar fontes alternativas para financiar uma parcela, ainda que pequena, da rolagem da dívida externa. O cálculo é simples:

mesmo que os juros permaneçam no patamar atual, uma rolagem em 1983 exclusivamente via levantamento de novos empréstimos levaria a dívida bruta brasileira a uma taxa de crescimento anual da ordem de uns 15% a 16%, portanto incompatível com a projeção de 8% de crescimento médio da dívida global do Terceiro Mundo. Mesmo continuando a ser cliente privilegiado, o Brasil ficaria com uma taxa de rolagem entre a média de 8% e a "necessidade" teórica de 15%-16%. O resto teria que ser suplementado pela via comercial (superávit amplo), por créditos especiais, como os do FMI e, quiçá, por elevação da entrada de capitais de risco (investimentos estrangeiros).

Segunda conclusão: a política econômica do Brasil deve alinhar-se a estas condições **específicas e inarredáveis** do seu balanço de pagamentos. É ocioso mencionar as medidas cambiais, fiscais e monetárias consentâneas com esta finalidade básica. Aqui cabe um parentese, já mencionado no início. Simplesmente, não existem as medidas não-ortodoxas, como a renegociação formal e outras que, imaginariamente, trariam o País ao seu alinhamento externo com menos sacrifícios do que os enfrentados pela rota objetiva. Tanto é assim, que os proponentes das "soluções simpáticas" jamais oferecerão, nem oferecerão, suas projeções quantitativas sobre o balanço de pagamentos de 1983 na hipótese de renegociação formal. Nem, muito menos, a taxa negativa do produto interno bruto compatível com tal medida.

Terceira conclusão: a renegociação formal, por ser uma espécie de rendição incondicional, não deixa espaço para a discussão das chamadas "condicionalidades". Os banqueiros internacionais querem continuar emprestando ao Brasil; portanto, também condenam esta via ultra-recessiva de ajuste.

Assim, o ajustamento positivo que o Governo brasileiro começa a estabelecer, em prestações parceladas, como o anúncio da elevação do compulsório dos bancos e instituições de poupança e o controle das compras de cambiais por viajantes, representa um espaço de autodeterminação fundamental a ser preservado a todo custo. Entre outras razões, o Brasil precisará deste "espaço político", para continuar exigindo, no âmbito internacional, o respeito a seu direito de conquistar e expandir mercados, de modo a cobrir, com superávits comerciais, uma parcela da dívida vincenda. Por aí se vê que não se trata de uma opção pelo "modelo exportador" mas a opção pela preservação de uma dignidade alcançada a duras penas.

(*) Paulo Rabello de Castro é economista • coordenador da Câmara de Estudos • Debates Econômicos e Sociais. Este artigo reproduz partes do que foi preparado para a Carta Econômica de setembro da OMEGA, S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.